

NOV/89

JORNAL DO SINFUSC

No 01

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS FUNDAÇÕES ASSISTENCIAIS, CULTURAL, E DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

"Que ninguém jamais ouse duvidar da capacidade de luta e de organização da CLASSE TRABALHADORA"

VITÓRIA PARA TODOS, MÉRITO DOS QUE LUTAM!

DEMONSTRAMOS QUE A UNIÃO FAZ A FORÇA.

A greve unificada dos trabalhadores no Serviço Público Estadual, iniciada no dia 05 de outubro, foi impulsionada pela necessidade premente da ampla maioria de conquistar melhores condições de vida e salário. A miséria generalizada, fruto de um modelo econômico social que penaliza justamente aqueles que produzem a riqueza e os bens do país (a classe trabalhadora), em benefício da manutenção dos privilégios e da concentração de renda nas mãos de poucos, levou à unificação, num momento forte e vigoroso em todo o estado, paralisando em torno de 50 mil trabalhadores, por vinte e oito dias, de vários setores.

A vitória obtida foi conquista sua companheiro (a), que fez parte desses 50 mil trabalhadores do serviço público, que corajosamente **souberam fazer a hora sem esperar que acontecesse**, e bravamente lutaram dia a dia por justas e dignas reivindicações que resgatam a essência de nossa cidadania. Fizemos parte desta história, e ninguém melhor do que nós sabemos o sabor desta vitória, repleta de momentos de solidariedade e emoção que só os que fazem e vivem verdadeiramente a história são capazes de sentir.

A LUTA UNIFICADA FORTALECE A NOSSA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.



Foto: Danísio Silva

ACORDO - CONQUISTA

A proposta apresentada pelo governo, acatada na Assembléia Estadual Unificada (31/10/89), estabelece: 1º) "Os servidores das empresas e Fundações Públicas, terão seus vencimentos atualizados em 1º/11/89, consoante a política salarial vigente para cada uma destas instituições, além da concessão geral de 4% a título de produtividade."

a) Os vencimentos atualizados correspondem a: **resíduo do Dissídio** (com acatamento do índice de 70,28% / inflação de janeiro), **diferenças relativas ao não cumprimento da Política Salarial Federal (IPC)** até outubro, acrescidos de 4% de produtividade;

b) Política de reajustes mensais de acordo com a política vigente para cada uma destas instituições, ou seja, **Política Salarial Federal** até implantação do Regime Único.

2) "Ao reconhecer a justeza das reivindicações, o Governo coerentemente promoverá o **abono das faltas no período**, mas assegura a recuperação completa de todas as tarefas e atividades suspensas".

Ainda, no caso de força de implantação do Regime Único vemos neste período (1º/11 a 28/02) ou posteriormente, a ser regidos pela política de 80% do ICMS, tem-se como garantia:

— "Em março/90, acresce a correção apurada no período, resultante de eventual defasagem pelo IPC".

— "(...) a concessão, em até 6 meses, a partir de março/90, de reajustes tendo por base a variação do IPC do período."

3) "É, de outro lado, contrapartida indispensável para a adoção destas medidas a imediata retirada de todas as demandas judiciais, e o acatamento das modalidades concordadas, enquanto perdurar sua vigência, característica dos entendimentos democráticos".

CALCULE SEU SALÁRIO

A inflação acumulada nos últimos 18 meses, ou seja, de maio/88 a outubro/89 foi de 4.567% que acrescido de 4% de produtividade totaliza 4.754%, portanto o salário de maio/88 deve ser multiplicado pelo fator **48,54** para se obter o salário de novembro/89.

Deve-se salientar que o acordo de final de greve, determinou um índice de reajuste no período, igual para todos os servidores, independente da categoria funcional, não havendo tratamento diferenciado.

Se considerarmos o índice de reajuste de novembro/89 que será de 81% a 125% pode parecer que algumas categorias estejam sendo beneficiadas, porém isto não está ocorrendo pois esta diferenciação vem apenas corrigir o **afrocho salarial** a que foram submetidas as categorias que percebiam acima de 3 S.M., ocasionada pelo não cumprimento da Política Salarial. Observe-se ainda que a tabela salarial divulgada pelo SINFUSC pode, em alguns casos, apresentar uma diferença pouco significativa de NCz\$ 3,00 a NCz\$ 7,00 pois foi calculada a partir dos salários de maio/88, onde estavam incluídas as URPs que apresentavam arredondamentos. Nesta tabela está incluído a inflação do período, o dissídio (30,8%) e a inflação de outubro (37,62%).

AS NEGOCIAÇÕES CONTINUAM...

Os membros do COMANDO UNIFICADO representantes das Empresas e Fundações mantiveram reunião com o Sr. Emanuel Campos dia 10/11/89, quando apresentaram **03 contra-propostas para pagamento dos atrasados**, reiterando o firme propósito da não anistia ao governo desta dívida, sem negociação, a saber:

- Pagamento em até 04 parcelas, corrigidas;
- Pagamento sem correção em 02 parcelas (valor histórico);
- Anistia da dívida desde que seja efetuada a substituição de 4% por 13% de produtividade.

As propostas foram recebidas e prometida análise com o Sr. Paulo Afonso, devendo ser marcado novo encontro para negociação na semana/eleitoral ou em virtude do evento citado, na semana seguinte. Por outro lado, considerando a exigência do governo de retirada das demandas judiciais (processos) para firmar o acordo, mantiveram reunião com representantes da Secretaria do Trabalho e da Cultura dia 09/11, Diretores do SINFUSC e do SENALBA, sendo proposto pelo SINFUSC (em respeito à vontade da categoria) a formulação de **petição conjunta à Junta de Conciliação e Julgamento**, pelos dois Sindicatos, que têm "processos jurídicos" de adiamento dos julgamentos previstos respec-

tivamente para 13/14/11 para o final do mês, em virtude da continuidade das negociações, proposta acatada pelo Sr. Emanuel Campos. Observado pelo advogado do SINFUSC que o processo jurídico de cumprimento do dissídio impetrado pelo SENALBA não poderia ser suspenso, tendo em vista, a perda das cláusulas sociais, foi criada Comissão Paritária para realizar negociação quanto às cláusulas, tomando como base: **Convenção de 87/88, pauta do SENALBA, pauta do SINFUSC e pauta do CPF**, para serem incluídos no acordo a ser homologado.

Importante destacar que o nível de respeito e confiança entre os negociadores já garantiu a confecção da folha de novembro com a inclusão dos índices (81% a 125%) nos vencimentos (atualização), e o pagamento da

Foto: Danísio Silva



da metade do 13º salário (conforme estabelece a Lei). Demonstração de que as partes envolvidas concordam em cumprir com o que for acordado e homologado.

TAXA DE FORTALECIMENTO SINDICAL

O que é: É o desconto no pagamento de todos os trabalhadores de determinada categoria para cobrir os gastos que o sindicato realiza com a campanha salarial.

Quem autoriza o desconto: É a Assembléia Geral da categoria. No dia 01/11, a Assembléia Estadual do SINFUSC referendou a TAXA DE FORTALECIMENTO SINDICAL, já aprovada na pauta de reivindicações da categoria/dissídio 89 em março/89.

Como é feito: Uma única vez descontado, em dezembro, considerando como base o salário fixo de novembro. Para evitar a não aceitação do desconto pelo setor de pessoal (já ocorrida em maio) adotar-se-á "autorização individual" padrão.

Qual o valor: 2% (dois por cento) sobre o salário fixo do mês de novembro para os filiados e não filiados DO SINFUSC.

Construa seu Sindicato - SINDICALIZE-SE!

Clas: _____

Reg: _____

Data: _____

**DESTAQUE – I
(CHEGA PRA LÃ AOS OPORTUNISTAS)**

Na reunião de negociação, a advogada do CPF, voltou a fazer a já conhecida colocação: "Os sindicatos legítimos das categorias não estão presentes", em clara alusão a situação do SINFUSC, SINDASP e SINDICATO DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ. Resposta do Sr. Emanuel Campos: "Não pretendo entrar nesta questão doméstica. O governo não chamou ninguém para negociar. Vieram bater em nossa porta e vamos negociar com estes que nos procuraram, já que os demais sindicatos não compareceram".

LEGÍTIMO É AQUELE QUE LUTA E BUSCA ESPAÇOS PARA DEFESA DOS INTERESSES DAS CATEGORIAS!

DESTAQUE – II

Obtenção inédita a nível nacional do IPC pleno de janeiro (70,28%), só obtido pelas categorias da CEF, BANCO DO BRASIL e EMBRAPA, através do TST, na área do Serviço Público.

DESTAQUE – III

O não desconto dos dias parados extensiva a todos os servidores graças à unificação foi decorrente da afirmação do Sr. Emanuel Campos sobre a legalidade da greve e justiça das reivindicações dos trabalhadores das Fundações.

BALANCETE DA GREVE

Impressos	18.921,60
Som	5.345,23
Aluguel espaço físico	1.100,00
Correio	1.844,29
Ônibus	57.620,00
Passagens	1.109,84
Diversos	6.069,62
TOTAL (DESPESAS)	92.010,58

Contribuição financeira

Adesivos

Pagode

Pedágio

Feira da miséria

Lanches e sucos

TOTAL (RECEITA) **18.393,19**

OBS: Ainda não constam os gastos com telefone estimados em NCz\$ 50.000,00.

ESTA DÍVIDA SERÁ COBRADA PROPORCIONALMENTE DOS SINDICATOS QUE PARTICIPARAM DO MOVIMENTO UNIFICADO DA GREVE/89.

CULTURA – I

REINCIDÊNCIA: Como já ocorrera na greve de maio/89, os companheiros da Fundação Catarinense de Cultura, mais uma vez, foram penalizados por estarem na greve. A Socióloga (?) ZULEIKA M. LENZI reteu a autorização do pagamento do mês de outubro por 02 dias, quando as demais Fundações já o haviam liberado. Se não bastasse o fato de serem penalizados pela "miséria", motivo da luta, ainda certos dirigentes persistem na aplicação da "sociologia do arbítrio", uma fórmula já condenada de imposição do poder, e no caso, em franca contradição com a "democrática negociação" que se efetuava no âmbito do próprio governo a que representam. O SINFUSC no cumprimento de seu papel sindical, mais uma vez, teve que intervir para que este direito fosse respeitado em igualdade e consonância com a determinação das demais secretarias.

ELEIÇÃO NA ASERBEM E AFFCC

Neste mês de dezembro acontecerão 03 eleições fundamentais para nossa categoria, Além da eleição presidencial no 2º turno, onde esperamos ver eleito um representante da Classe trabalhadora, teremos no dia 07/12 eleição da Diretoria da AFFCC, a qual o SINFUSC está apoiando a CHAPA encabeçada pela companheira STAEL ZUNINO e no dia 12/12 eleição na ASERBEM, cuja CHAPA é liderada pela companheira PEDRA ROSA. Ambas as CHAPAS têm o apoio incondicional do SINFUSC, por serem compostas por companheiros combativos e que sempre estiveram nas lutas dos trabalhadores das Fundações e certamente estarão encaminhando nas respectivas Associações a tarefa de construção e solidificação do Sindicato que construímos e queremos.

AGRADECIMENTOS À SOLIDARIEDADE RECEBIDA:

CUT REGIONAL/ESTADUAL (assessoria e articulação da ajuda de Sindicatos filiados);
Sind. Metalúrgicos, Jaraguá do Sul (Caminhão/som);
Sind. Bancários; Sind. Eletricitários; ASERBEM, AFFCC, ASSEF.

Lamenta-se a omissão da ASFUCAT, que não deu nenhuma contribuição política nem financeira ao movimento unificado, apesar de ter sido constantemente solicitada. O presidente da ASFUCAT, Ricardo Amorim, além de ser fura-greve, ainda foi cobrir o plantão dos companheiros grevistas do Centro Piloto. É um exemplo de "dirigente combativo".

**CONSELHO DE REPRESENTANTES
REUNIÃO**

(Representantes da Grande Fpolis e Interior)

DIA: 23/11 - 5ª feira - 18:30 h.

LOCAL: Auditório do SINE/MATRIZ - Rua General Bittencourt, 74 - Fpolis - SC

Regiões que ainda não tenham eleito seu representante, solicitamos que o façam e encaminhem os resultados e as respectivas atas de homologação. A falta de mobilização e informação é decorrente da ausência de representação junto ao sindicato. Façamos da democracia ato de participação e compromisso.

ATENÇÃO!**DECISÃO ASSEMBLÉIA ESTADUAL
SINFUSC em 01/11/89**

Foi marcada ASSEMBLÉIA ESTADUAL para o dia 07 DE DEZEMBRO (5º dia útil para pagamento dos percentuais acordados).

Confirmação, local, horário e necessidade de sua realização serão futuramente efetuados.

CULTURA – II

PUNIÇÃO: À assertiva do governo de reconhecimento da justiça das reivindicações e, portanto, de não desconto e não punição, contrapõe-se a retirada de funções gratificadas de servidores da Fundação Catarinense de Cultura. Função Gratificada corresponde a percentual concedido às chefias normalmente aferido, em virtude da competência e responsabilidade assumida frente a determinado setor (este pelo menos deveria ser o seu sentido) mas, na prática, constitui-se em mecanismo coercitivo que serve como meio de submissão e compra de consciências. Neste caso, também há de se questionar o critério de competência utilizado para sua distribuição. Até quando estes instrumentos vão ser utilizados para atender a certos interesses, revanchismos, etc. . . e não para dar a César o que é de César? Como moralizar o Serviço Público com atitudes deste gênero?!?

SINE / LAGUNA

PEQUENAS AUTORIDADES: A Sra. ZULEIDE MAURICIO ROSA, inconformada com a greve dos companheiros do SINE, resolveu aplicar-lhes generosa punição promovendo-os (quando do seu retorno) do atendimento que era efetuado no andar térreo para o sótão "local pouco ventilado e de difícil acesso". Tal arbitrariedade já denunciada na imprensa local, demonstra que certas pessoas só conseguem caminhar na mão única, julgando-se no "direito" (legítimo) de não apoiar ou fazer greve mas, não aceitando "direito" (também legítimo) daqueles que optaram pela luta. Infelizmente tal senhora, não está penalizando os grevistas, mas a própria comunidade que vem reclamando da transferência de local imposta.

UNIFICAÇÃO:**UMA TAREFA SEMPRE PRESENTE**

As lutas dos trabalhadores brasileiros desenvolvidas desde o início da história foram sempre marcadas pelas necessidades da Unificação.

Vários passos foram dados.

As greves que ocorreram de forma isolada, mesmo sendo parcialmente vitoriosas deixaram uma lição – "Unificados teríamos mais conquistas".

Em 1983, resgatando a história, rompendo com a estrutura sindical vigente os trabalhadores fundam a CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, com a tarefa política de unificar e de dirigir todas as lutas.

Em 1987 em SC, os trabalhadores da Administração direta e autárquica fazem uma greve unificada. Desta greve surge uma tarefa: – "É preciso avançar mais".

Em 1989, rompendo as barreiras do corporativismo, com muita garra, todos os segmentos dos trabalhadores no Serviço Público demonstram que de forma unificada a luta é sempre vitoriosa.

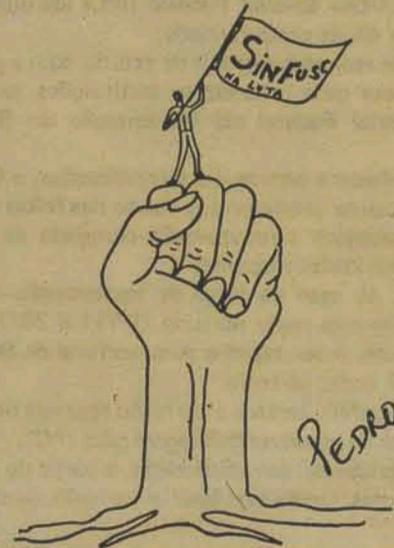
Somos agora uma referência a nível nacional. A nossa greve provou que não há como desenvolver lutas isoladas, pois nossas reivindicações são as mesmas, o padrão é o mesmo e a necessidade de vida é a mesma.

A CUT esteve presente em todos os momentos de nossa greve.

Participou do Comando, das negociações com o governo, fortalecendo nossa luta e demonstrando que através da Central Sindical podemos unificar nossas categorias e avançar na unificação de todos os trabalhadores.

Foi decisiva também na solidariedade sindical, articulando contribuições financeiras para a greve.

(Texto extraído do JORNAL/SINTE - 08.10.89).



JORNAL DO SINFUSC é editado pela Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores nas Fundações Assistenciais, Cultural, e de Orientação e Formação Profissional no Estado de Santa Catarina. Endereço para Correspondência: Rua Jerônimo Coelho, 359 - Centro - Fpolis - SC - Telefone (0482) 23-7035.

Jornalista Responsável: Christa Riebau - Reg. DRT/SC: 6.910

dez. 89

JORNAL do SINFUSC

nº02

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS FUNDAÇÕES ASSISTENCIAIS, CULTURAL, E DE ORIENTAÇÃO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETAS - 89

A HORA DA DECISÃO

- DOIS CAMINHOS OPOSTOS -

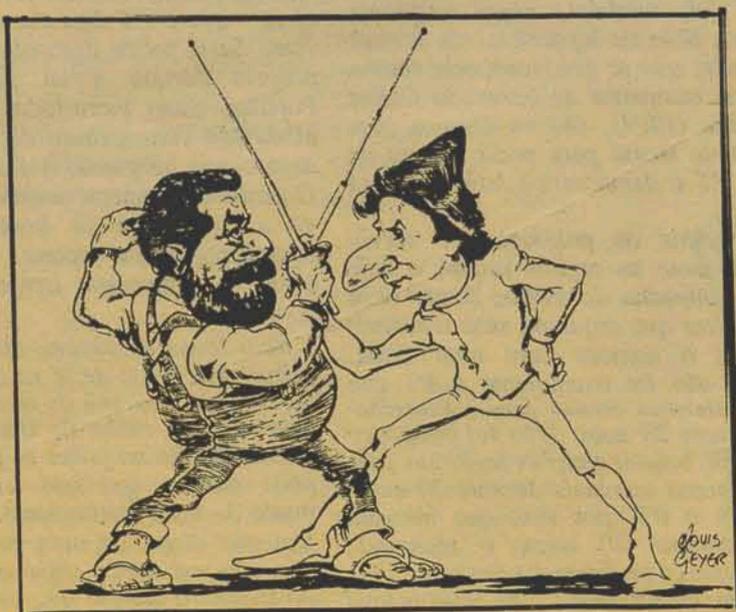
Chegou a hora decisiva da seleção democrática. É necessário que cada um de nós, possuidores do poder de determinar os rumos da sucessão presidencial, através da escolha desse ou daquele candidato, nos dediquemos a avaliar a importância do segundo turno e do que ele representa tanto para as classes antagônicas como para a sociedade brasileira como um todo. O que está em jogo é tão importante que nenhum cidadão, nenhum partido, nenhuma entidade sindical e organizada da sociedade, nenhuma corrente política e ideológica pode omitir-se. **Ficar em cima do muro, votar nulo ou em branco,** sob argumentos ambíguos e inconsistentes, recorrer a falsa moral para justificar a neutralidade implica associar-se ao atual estado de coisas que **infelicitava a sociedade brasileira** permitindo a continuidade e restringindo as ações de construção da democracia num momento histórico onde ela poderá finalmente emergir e desenvolver-se.

Lula e Collor representam mensagens político-ideológicas inconciliáveis. O segundo turno não possui como objetivo central a escolha de um **presidente majoritário** que seja o preferido. Trata-se de dar à Nação, a suas maiorias e minorias organizadas social e politicamente a oportunidade da escolha de **programas de governo** que possibilitem transformações nas bases econômicas, sociais políticas e morais da vida em

sociedade.

Durante o primeiro turno a maior parte das Entidades Sindicais não tomaram posição de apoio a este ou aquele candidato ou programa, pois apesar das divergências, haviam diversos candidatos cujos programas contemplam as bandeiras de luta do movimento sindical. O quadro mudou significativamente no segundo turno quando temos apenas dois candidatos - **Lula e Collor,** que apresentam propostas e programas totalmente contrários, já que o primeiro apresenta uma plataforma de governo claramente democrática e de acordo com os interesses da maioria da população, especialmente a classe trabalhadora e as minorias discriminadas; e o segundo uma proposta altamente elitista, representativa dos interesses do grande capital e dos poderosos. Considerando a importância do **momento histórico vivenciado** que pode significar a possibilidade de **transformações urgentes e necessárias** ou a **permanência do continuísmo maquiado de solução,** e entendendo que o SINFUSC não deva assumir posição de neutralidade, defendemos a tese da discussão em todos os locais de trabalho para que na **Assembleia Geral do dia 07/12** possamos tirar posição-democrática sobre apoio a uma das candidaturas ou a nenhuma delas.

COMBATEMOS A NEUTRALIDADE, A INDECISÃO, A OMISSÃO.

**A HISTÓRIA DOS CANDIDATOS****LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Natural de Garanhuns (Pe), casado, 44 anos, metalúrgico. Filho de um lavrador pernambucano, foi para São Paulo com seis anos de idade. Tornou-se operário aos 14 anos quando tirou o diploma de torneiro mecânico no SENAI. Em 1975 entrou para o Sindicato dos metalúrgicos do ABC, e projetou-se nacionalmente ao liderar as greves em 1978 e 1979 em pleno vigor do regime militar. Por causa de sua atuação à frente do Sindicato, foi deposto do cargo pelo governo militar, e preso por 30 dias no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) aparelho repressor do estado. Em 1980 foi um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores), bem como da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em 1982 foi candidato ao governo de São Paulo ficando em 4º lugar. Em 1988 é eleito Deputado Federal com mais de 650.000 votos, o mais votado do país. Teve destacada atuação na Constituinte votando a favor de todas as emendas dos trabalhadores, tendo recebido nota 10 pelo DIAP.

APOIOS

- Leonel Brizola (PDT)
- Mário Covas (PSDB)
- Roberto Freire (PCB)
- Fernando Gabeira (PV)
- Waldir Pires (PMDB)
- Nelson Wedekin e outras lideranças progressistas do PMDB
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- Movimentos populares
- Pastoral da terra; Comunidades Eclesiais de Base e demais setores progressistas da Igreja.

**FERNANDO COLLOR DE MELO**

É natural do Rio de Janeiro, 40 anos, formado em Ciências Econômicas e jornalismo. Filho de família tradicional na política brasileira, seu pai foi senador e seu avô Lindolfo Collor ministro de Getúlio Vargas. Em 1972 assumiu a superintendência do grupo **ARNON DE MELO** possuidor de diversos órgãos de imprensa em Alagoas (o jornal, uma rádio AM, e uma TV concessionária da Rede Globo). Foi prefeito biônico (nomeado pelo regime militar) em 1979 pela ARENA. Em 1982 elegeu-se Deputado Federal pelo PDS. Em 1984 votou a favor das **diretas já**, mas seu voto no Colégio Eleitoral foi para Paulo Maluf. Em 1986 entrou para o PMDB e se elegeu governador de Alagoas. Em 1987 fundou o PJ (Partido da Juventude) e em 1988 fundou o PRN (Partido da Reconstrução Nacional). A bancada federal de seu partido votou contra a grande maioria das emendas dos trabalhadores (reforma agrária, estabilidade, férias dobradas, comissão de fábrica, etc...) obtendo nota 3,8 do DIAP.

APOIOS

- Affonso Camargo (PTB)
- Paulo Maluf (PDS)
- Caiado (PDS)
- Leônidas Pires Gonçalves - Ministro do Exército
- Antônio Carlos Magalhães - Ministro das Comunicações
- Esperidião Amin (PDS)
- Heitor Sché - Presidente da Assembleia Legislativa
- Mário Cavalazzi - Dep. Estadual/SC
- Jorge Bornhausen - Senador (PFL/SC)
- Marco Maciel - Senador (PFL/Pe)
- FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo
- TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.
- UDR - União Democrática Ruralista.
- CGT - Central Geral dos Trabalhadores
- Roberto Marinho (Rede Globo)
- Usineiros, Empresários, Latifundiários além de 10 ministros do governo Sarney.

**PARTICIPE
DA
DECISÃO**

CONSTRUA SEU SINDICATO - SINDICALIZE-SE!

O PROGRAMA DOS CANDIDATOS

(principais propostas)

	COLLOR	LULA
Educação e Saúde	Pretende gastar 10% do PIB em saúde. Promete estimular o setor privado a integrar o Sistema Único de Saúde. Privilegiará o ensino profissionalizante e deseja criar creches - escolas.	Quer garantir atendimento médico gratuito para todos. Promete estatizar os serviços médicos custeados pelo Estado. Vai ampliar a rede de escolas públicas, erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino básico.
Reforma Agrária	Fala em realizar um amplo programa de reorganização fundiária, capaz de por fim aos conflitos de terras e de garantir que ninguém fique sem trabalhar por falta de terra.	Prega uma Reforma Agrária que garanta terra para quem nela trabalha. Vai rever o ITR (Imposto Territorial Rural) punindo a propriedade ociosa. Desenvolver tecnologia adequada às pequenas e médias empresas. Vai reexaminar a política de subsídios.
DIREITOS SOCIAIS	Condena o aborto e a pena de morte. Combaterá as drogas. Os trabalhadores poderão exercer o direito de greve, mas com responsabilidade.	Sua prioridade fundamental é a liberdade de organização dos trabalhadores, o direito irrestritivo à greve e a autonomia das organizações sindicais.
Dívida externa	Prega uma negociação descentralizada. Quer retirar o aval da União aos empréstimos com os bancos privados. Defende uma redução da remessa de dólares ao exterior que permita reverter o crescimento econômico.	Promete suspender o pagamento e romper relações com o FMI. Realizar uma auditoria sobre a legitimidade dos contratos e a elevação unilateral das taxas de juros pelos banqueiros.
COMBATE À INFLAÇÃO	Não tem plano de emergência para combater a inflação. Pretende combatê-la através da ampliação do mercado interno, do saneamento financeiro do estado, e equacionamento da dívida externa, pelo resgate dos compromissos relativo à dívida interna. Defende liberdade de preços para os setores concorrenciais.	Não descarta o congelamento temporário de preços. Deseja criar um sistema de negociação para prefixar a inflação. Quer fazer uma reforma monetária, controlar a emissão de moeda e conter o déficit público.
POLÍTICA SALARIAL	Considera satisfatória a política salarial aprovada pelo Congresso. É contra a livre negociação salarial.	Assume o compromisso de aumentar o salário real, gradualmente de forma a não gerar inflação. Contratos coletivos de trabalho e livre negociação através dos sindicatos.
HABITAÇÃO	Aplicará um programa de emergência que visa melhorar as condições de habitação nas periferias das grandes regiões metropolitanas. Usará recursos a fundo perdido da União, Estados e municípios.	Investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares e no saneamento básico, utilizando os recursos do FGTS.



Deu na imprensa:

Os partidos: quem é quem?

Bombril "collorido"

Clóvis Rossi

SÃO PAULO — O filme mais recente de propaganda da Bombril S/A é o mais acabado retrato da sucessão presidencial no Brasil. Para quem não viu, o resumo é este: aparece o velho garoto-propaganda da Bombril, aquele rapaz careca, de óculos, meio desengaçado, tapando o rosto com uma máscara de um rapaz jovem e bonito. Af, ele afasta a máscara e diz que quem não comprava o amaciante "Mon Bijou" por causa dele, talvez o comprasse graças ao rosto novo.

É, sem tirar nem pôr, o retrato da candidatura Fernando Collor de Mello (PRN). Um rapaz bonito por trás de cuja fisionomia "clean" aparecem os mesmos de sempre: Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Carlos Chiarelli, Nelson Marchezan. Enfim, a velhíssima Arena remontada por trás de um rosto novo. Não deixa de ser uma proeza. Afinal, a Arena transformou-se em PDS e, de PDS, subdividiu-se em PFL por escassez absoluta de votos. Agora, reaparece como favorita na eleição presidencial graças à máscara do novo, exibida por Fernando Collor.

A máscara faz um discurso radicalmente de oposição, mas é só olhar um

pouquinho o que tem por trás e se vê o velho Bombril, já gasto de tanto usar o poder. Engraçado é que a máscara parece tão grande que encobre as profundas rugas que envolveram os personagens agora alinhados atrás de Collor. Paulo Maluf e Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, ficaram inimigos mortais no episódio da sucessão presidencial anterior. Agora, dão-se as mãos ao menos figuradamente.

O mesmo Antônio Carlos chegou a exibir um quilométrico dossiê em que acusava Chiarelli de ter recebido mil favores do governo Sarney, antes de passar à oposição. Chiarelli espumou de raiva e disse o diabo de Antônio Carlos. Agora, juntam-se no mesmo barco "collorido". O chefe da nau disse e repetiu que o governo Sarney era a "república dos ladrões". Um dos membros mais eminentes dessa República, o já citado ACM, dá apoio a Collor, agora abertamente. Será que aceita o qualificativo de ladrão? Ou será que sabe que tudo não passa de uma máscara? O eleitorado corre o risco de comprar gato por lebre e, pior, nem terá direito de reclamar depois ao Procon.

Folha de São Paulo 29/11/89



Democracia e hipocrisia

Clóvis Rossi

SÃO PAULO — Todo o mundo (exceto, óbvio, os petistas) está exigindo do PT certificado de boa conduta democrática. É justo, muito justo, ainda mais agora que os acontecimentos no Leste europeu demonstram que a liberdade é de fato um bem de valor inestimável.

Mas há, também, nessa exigência uma boa dose de hipocrisia. Os setores da direita, que se grudaram com toda a força na campanha de Fernando Collor de Mello (PRN), são os últimos com autoridade moral para pedir provas de que o PT é democrático hoje e o será sempre.

A chusma de políticos que serviu gostosamente ao regime militar e hoje faz a campanha de Collor é que deve demonstrar que arquivou suas tendências para o namoro com uma farda. Afinal, não foi exatamente o PT que evitou eleições diretas para a Presidência durante 29 anos. Não foi tampouco o PT que breou eleições legítimas para os governos estaduais durante 20 anos. Não foi o PT, por fim, que impediu que, durante 20 anos, o eleitorado escolhesse os prefeitos das capitais.

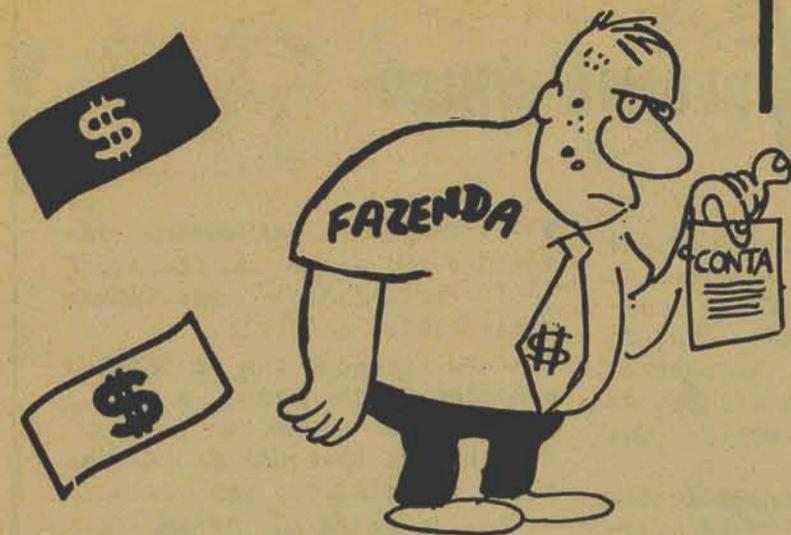
Se se quiser passar do institucional para o econômico-social, manda a verdade que se diga que não foi o PT que construiu esse país de uma intensa

maioria de marginalizados sociais e nem o país em que 70% dos eleitores, aproximadamente, têm no máximo ensino de 1º grau. Sequer foi o PT que empilhou estatais uma em cima da outra até chegar à asfíxica situação em que se encontra o setor público brasileiro.

É justo — e, mais do que isso, necessário — que o PT diga claramente a quem vem. Seria tolice desconhecer que, no próprio partido e na Frente Brasil Popular, estão incrustados setores que ainda não conseguiram digerir a tal de democracia burguesa. Até aí, tudo bem. O problema começa quando se reescreve a história e os beneficiários do autoritarismo de ontem começam a posar de democratas irrepreensíveis de hoje.

Bem feitas as contas, quem tem que exibir certificado de fé na democracia é muito mais a direita do que a esquerda, pela simples razão de que esta nunca esteve de fato no poder e, por isso, não pôde mostrar que uso faria dele, do ponto de vista institucional. Já a direita tem que dizer, de uma vez por todas, que não vai nunca mais subir a bordo do primeiro tanque que passar rumo à derrubada de uma ordem constitucional que eventualmente não agrade aos direitistas e conservadores.

Folha de São Paulo 28/11/89



Acabou vindo à tona, através de denúncias de servidores e da resistência da Fazenda em repassar o valor da folha correspondente ao mês de novembro, em virtude do alto valor do montante das horas-extras a serem pagas (igualmente dos encargos sociais), o que se poderia chamar de reedição do escandaloso "TAPA-BOCA" amplamente divulgado no período de greve, só que agora envolvendo como protagonistas os servidores não-grevistas da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Comunitário. Muitos servidores que trabalharam durante a greve receberam horas-extras duas a três vezes mais do que o valor de seu próprio salário, isto porque foram computados 100% sobre as horas de expediente normalmente trabalhadas além das que excederam este período. Nos locais onde os servidores não fizeram hora-extra, os dias trabalhados em expediente normal estão sendo revertidos em dias de folga, caracterizando que cada hora trabalhada no período do normal de expediente passou a valer na "matemática da desmoralização" o correspondente a duas horas. Não possuindo o poder das decisões, entretanto, dispomos do poder da denúncia e as faremos tantas vezes quantas forem as situações de usurpação do dinheiro público. O Sindicato entende que é legítimo o recebimento das horas-extras (aquelas que extrapolarem o horário de expediente) por aqueles que optaram por permanecer trabalhando no período da greve. No entanto, ilícitas e indecentes, quando considerado para efeito do cômputo destas "horas-extras" a duplicação das horas correspondentes ao expediente normal, neste caso, horas-normais já pagas no salário do mês.

Não são perplexos como indignados com tal procedimento oportunista, é preciso que em respeito à maioria dos companheiros que participaram da greve, se saliente alguns detalhes desta "armação sem caráter":

1º) a luta de 28 dias para cobrar uma "dívida legítima" reconhecida pelo próprio governo do estado (fato que determinou a não punição, afinal quem deve não tem moral para fazer cobrança), obteve conquistas que igualmente foram extensivos aos não-grevistas;

2º) a suposta "premição aos não-grevistas" é forma oportunista de se obter benefícios às custas dos próprios companheiros de trabalho. Benefícios estes que incluem a média das horas-extras (que não foram poucas) no cálculo do 13º salário e o cálculo destas horas tendo como base o valor dos salários do mês de novembro. Excepcionalmente no mês de novembro as horas-extras foram calculadas sob o salário de novembro, mas vinham sendo calculadas até o mês passado com base nos valores dos salários do mês anterior, significando um acréscimo de 100% já que o salário do mês de novembro é em média o dobro do salário do mês de outubro.

CASO HORAS-EXTRAS

instrumento da desmoralização no serviço público



Por que quando uma minoria é beneficiada se utiliza o cálculo sobre os salários do mês, quando durante todo o ano os demais servidores receberam horas-extras calculadas sobre valores salariais do mês anterior? Pode-se entender, que a partir de então, as horas-extras de todos os servidores serão calculadas com base no salário do mês?

3º) Constantemente temos recebido por parte do governo, em mesas de negociação, indicações de falta de caixa para saldar a dívida correspondente aos atrasados, ou outras reivindicações que envolvam questão monetária. Como explicar que para um "benefício restrito" tem dinheiro?

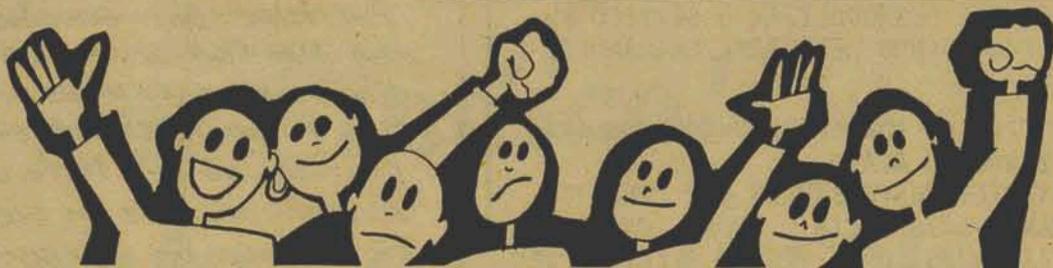
4º) Dentre os recebedores destas horas-extras estão incluídos coordenadores de programas e comissionados (DAC) que por receberem função gratificada não poderiam receber hora-extra, e técnicos de nível médio e superior para os quais sempre foi obstaculizado o pagamento em dinheiro das horas-extras pelo efetivo trabalho excedente, que acabam sendo convertidas em horas-crédito. A aplicação da lei e dos direitos só é adotada quando "interessa a alguns"?

5º) Receberam também hora-extra pessoas que têm DASU, cujo pagamento não é feito pelas Fundações, mas sim pela administração direta, sendo usado um servidor da Fundação como ISCA para receber em seu contra-cheque as horas-extras do comissionado. Constata-se, também, que horas-extras foram pagas sem comprovantes de sua realização (cartão-ponto ou livro ponto).

O Sindicato está colhendo a documentação necessária, tais como: relatórios de diversas obras e cartões-pontos, para brevemente expor publicamente relação nominal das pessoas beneficiadas com as irregularidades apontadas.

A moralização no serviço público, da qual somos intransigentes defensores, exige investigação do caso, explicações dos dirigentes com responsabilização e punição, e imediata aplicação indiscriminada do pagamento de horas-extras a todos os servidores independente da categoria funcional, sempre que realizadas por exigência do trabalho executado.

COMBATEMOS O OPORTUNISMO, A CORRUPÇÃO, A LEI DE GERSON.



ASSEMBLÉIA ESTADUAL SINFUSC

07-12

18:30h

AUDITÓRIO DO EDIFÍCIO DAS DIRETORIAS
Rua: TENENTE SILVEIRA, 32
11º ANDAR.



CONCURSO PÚBLICO VIROU TRAMPOLIM?

Vem sendo realizada a segunda etapa do **Concurso Público** para monitores e instrutores da FUCABEM, que se constitui em curso de formação, segundo o edital, com caráter eliminatório. Não foi surpresa a reedição de inscrição de pessoas em **cargo comissionado (DAC/DASU)**, nível superior, para o exercício da função de monitores e instrutores, como já ocorreu no Concurso Público da Secretaria de Justiça quando muitos comissionados se inscreveram para **agente prisional**. As pessoas em cargo comissionado (DAC/DASU) não fazem parte dos quadros efetivos de servidores dos órgãos onde atuam, pois foram convidadas, a rigor, apenas para exercerem funções durante o período em que perdura o mandato de determinado governo, após o que são automaticamente liberadas e substituídas. Neste caso, o que estas pessoas pretendem concorrendo a cargos muito inferiores àqueles que vêm exercendo (com salários também distintos) é passar a fazer parte do quadro funcional, mas sem exercer a função para a qual foram concursadas. Como alguns destes **comissionados** passaram na 1ª etapa do Concurso Público da FUCABEM e provavelmente passarão na 2ª etapa, o resultado será paradoxal já que ao número de monitores concursados não corresponderá o número de monitores que assumirão a função, aumentando a defasagem que já existia em relação às vagas que foram concebidas a três anos passados.

O Sindicato reconhece a legítima oportunidade de participação de todas as pessoas interessadas em qualquer concurso público, entretanto, considera a utilização da situação explicitada como manobra indecente que agride tanto os cofres públicos como a própria comunidade-alvo que não receberá o serviço competente e adequado por falta de profissionais que estarão sendo pagos para o exercício da função (optando por salário maior (DAC)) sem exercê-la de fato. E atribui estas mazelas institucionais ao **deteriorado sistema do serviço público** que por não realizar concursos públicos com certa periodicidade para todas as categorias e cargos funcionais, permite arranjos desta natureza. Enquanto os governos não assumirem efetivamente a necessidade de transformações urgentes que moralizem o serviço público, muitas serão as formas oportunistas adotadas para benefício de **alguns** em detrimento da população que apenas paga e não recebe os serviços com a qualidade que lhe deveria ser prestada. Sem falar na desigualdade de concorrência em relação àqueles que fizeram o concurso para exercer e receber o salário correspondente à função de monitor, e às deturpações consequentes em relação a servidores com a mesma função e salários diferenciados.

SOMENTE COM A ELEIÇÃO DE GOVERNOS QUE ASSUMAM COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO, E QUE ENTENDAM PASSAR ESTE COMPROMISSO POR UMA POLÍTICA SALARIAL E FUNCIONAL DIGNA AOS SERVIDORES, E POR APLICAÇÃO DE MECANISMOS LEGAIS DE INGRESSO E ASCENSÃO SISTEMÁTICOS E EFICAZES, É QUE SE PODERÁ ACABAR COM OS INSTRUMENTOS QUE DESMORALIZAM O SERVIÇO PÚBLICO QUANDO DEVERIAM ENGRANDECÊ-LO.

O SERVIÇO PÚBLICO NÃO FOI DESMORALIZADO AO ACASO.

EXISTEM RESPONSÁVEIS QUE PERMITIRAM A EXISTÊNCIA DOS CHAMADOS "ARRANJOS" ONDE VIGORA A LEI DE LEVAR VANTAGEM EM TUDO. POR ESTES FATOS VOCÊ PODE AVALIAR OS GOVERNOS "MUDANCISTAS" QUE ELEGEU.



REGIME ÚNICO

Conforme já era de conhecimento de todos, o término da greve de 28 dias teve entre outras conquistas a retirada do Projeto do Regime Único da Assembleia Legislativa, por não atender às aspirações dos servidores das Fundações.

Após reestudo do Projeto de lei pelo Secretário da Administração, o mesmo foi reencaminhado à Assembleia Legislativa no dia 27/11/89 (3ª feira).

ALTERAÇÕES:

- 1) Mudança da retroatividade de 1º de setembro para 1º de novembro de 1989;
- 2) redução de 120 para 90 dias do prazo para adequação e consolidação da legislação do Regime;
- 3) alteração da natureza da lei, de ordinária para complementar, conforme determina a constituição Estadual;

4) contempla os servidores admitidos nos termos da lei 6.032 (ACT - Magistério) que foram considerados estáveis.

A mesma Comissão que acompanhou o Regime Único durante a greve, está atuando novamente junto aos líderes das bancadas da Assembleia Legislativa, uma vez que, o Projeto ainda não atende aos interesses dos servidores em 2 (dois) pontos:

• Que o projeto seja implantado a partir da data de sua publicação e não retroativo a 1º de novembro;

• que a implantação do Regime Único seja feita juntamente com o **Plano de Carreira, Plano de Cargos e Salários e novo Estatuto dos Servidores** dentro do prazo estimado de 90 dias.

Ficou acertada uma nova reunião entre a comissão e as bancadas dia 04/12/89 às 09:00 hs.

ELEIÇÕES



CONSTRUIR JUNTOS UMA ASSOCIAÇÃO DE TODOS PARA TODOS!

PARTICIPE DAS ELEIÇÕES PARA A NOVA-DIRETORIA (GESTÃO 90-91) DAS ASSOCIAÇÕES DOS SERVIDORES DA FUCABEM E DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. NO DIA 12/12 OCORRERÃO SIMULTANEAMENTE AS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DA ASERBEM, ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES PARA O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUCABEM.

**o referendo da maioria
LEGITIMA a REPRESENTAÇÃO**

JORNAL DO SINFUSC é editado pela Diretoria Executiva do Sindicato dos trabalhadores nas Fundações Assistenciais, Cultural, e de Orientação e Formação Profissional no Estado de Santa Catarina. Endereço para Correspondência: Rua Jerônimo Coelho, 359 - Centro - Fpolis - SC - Telefone: (0482) 23-7035. Jornalista Responsável: Christa Riebau. Reg. DRT/SC: 6.910